

te, da alteridade e da contradição, junta-se à observação, à “boudade”, a propósito dos esquemas hegelianos, atribuída a Leopold von Ranke: “Todos os períodos da História dependem imediatamente de Deus”. Isto é, sendo igualmente “got-tunmittelbar”, dispensam os complicados esquemas dialéticos dos Hegel e dos Marx, que, para ressaltarem a pretensa lógica do conjunto, expulsam muitos povos e períodos do desenvolvimento ortogenético da História. (A mesma crítica, fundamentalmente, encontra-se em passagens decisivas de *O Pensamento Selvagem*, de Claude Lévi-Strauss.)

Porém Maffesoli vai longe demais. Rejeitando a História, não precisava rejeitar as histórias, na linha, por exemplo, de Max Weber (a ascensão da racionalidade) ou de Fernand Braudel (as estruturas de longa duração). Pois estas histórias possuem referentes empíricos e bem triviais. Ligam-se às “estruturas do cotidiano”. Neste contexto, nosso autor incide numa “docta ignoratio elenchi”. Ou seja, esse cotidiano, de onde, para Maffesoli, tudo parte e para onde tudo se dirige, não se compõe apenas das invariantes da condição humana. Compõe-se também de conteúdos, que não podemos ignorar sob pena de desconhecermos a especificidade das épocas e dos povos (ou áreas de civilização) e que não se podem, “a priori”, deduzir de “formas” ou “resíduos”.

É este meu ponto central de desacordo com a obra de Michel Maffesoli. Mas os acordos predominam. Ele diz coisas muito importantes, que precisam ser ao máximo divulgadas. Penso, inclusive, que a “docta ignorantia” que propugna, essa desconfiança em relação ao excesso de teorização, a refutação do dogmatismo, lembrando os Robert Lowie (autor dessa obra-prima, não só da etnologia, mas de toda ciência social, que é *Primitive Society*) e, no Brasil, os Gilberto Freyre, com a constante defesa da sociologia plural, merecem máxima atenção, máxima reflexão por parte de sociólogos e antropólogos brasileiros, muitas vezes excessivamente dependentes de teorias, de escolaticismos que antes reforçam os interesses da profissão, constituindo as representações totêmicas de nosso grupo (ou de nossos grupos) do que servem, apesar de nossa retórica e de nossa presunção, para compreender, explicar, prever (na medida em que possamos aspirar a tanto) a sociedade e o tempo em que vivemos.

Roberto Motta

Diretor do Departamento de Antropologia
da Fundação Joaquim Nabuco

GOODMAN, David e REDCLIFT, Michael. *From Peasant to Proletarian: Capitalist Development and Agrarian Transitions*, Oxford (Inglat.), Basil Blackwell, 1981.

A recente frustração da tentativa de empreender uma reforma agrária em bases progressistas no Brasil pode ser considerada um importante argumento em favor da reabertura do debate teórico sobre a questão agrária brasileira. Mais do que isso, o que o episódio bem demonstrou foi a fragilidade da ligação entre a interpretação acadêmica e a concretude com que a realidade se manifesta no mundo real.

No plano das relações econômicas, a área rural talvez concentre a maior dose de dificuldade à compreensão de sua intrincada malha de ligação, interpenetradas por elementos de natureza social, cultural, ecológica. Um referencial empírico, amplo e atualizado torna-se, portanto, indispensável a qualquer tentativa de teorização e, principalmente, como suporte a qualquer ação pública responsável dirigida ao meio rural.

Goodman e Redclift oferecem uma contribuição importante no duplo sentido de alimentar o debate no plano teórico, apoiado numa base empírica relativamente atual e bem fundamentada sobre a questão agrária brasileira.

Como objetivo geral, o estudo se propõe a discutir, e, sobretudo, esclarecer a noção do que na teoria marxista se denomina "transição agrária", e que corresponde ao processo de transformação do campesinato em proletariado, pela atuação do capital. A extensão com que a transição atinge o campesinato e as trajetórias assumidas ao longo do processo, são questões particularmente relevantes discutidas ao longo do trabalho, tomando como ponto de partida uma ampla revisão da base teórica clássica sobre a questão agrária européia.

Num segundo momento, o trabalho traz a América Latina ao centro do debate, discutindo as peculiaridades do processo de desenvolvimento latino-americano e apontando suas divergências em relação à uni-linear trajetória clássica. Nessa etapa, são apresentadas importantes contribuições teóricas sobre o caso latino-americano, como as de Gunder Frank, Laclan, Wallerstein e Fernando Henrique Cardoso, dentre outros.

Capítulos à parte são dedicados especialmente a uma laboriosa análise dos casos brasileiros e mexicanos. Em relação ao primeiro, as estratégias de desenvolvimento rural postas em prática a partir dos anos 60 são cotejadas com as exigências do desenvolvimento industrial e as pré-condições históricas em que se apóiam as mudanças recentes no meio agrário do país. Particular atenção é dedicada ao processo recente de transformação das relações de trabalho no campo, onde o que os autores denominam de "sistemas de controle do trabalho" — representados pela relação de parceria, sujeição, morada — têm cedido lugar a formas proletarizadas de trabalho, representadas pelo "diarista" ou o "bóia-fria".

A análise do caso brasileiro revela, como salientam seus autores, uma diferenciação das relações sociais de produção marcada por processos muitas vezes descontínuos, variações regionais de intensidade e heterogeneidade de relações entre pequenos proprietários, trabalhadores rurais e as várias formas de capital.

Da análise da trajetória recente da pequena produção familiar capitalizada no sul do Brasil, uma conclusão dos autores é de que, mantidas as formas atuais de inserção no sistema de produção agroindustrial — com o apoio do Estado e a intermediação das organizações cooperativas —, elas "poderão persistir como um componente relativamente permanente da estrutura agrária".

No caso do Nordeste, acentuam os autores a peculiaridade do processo de pecuarização, sob o qual não apenas se reduzem as oportunidades de trabalho assalariado, mas também a oferta de terra para uso pelos pequenos proprietários.

Ao mesmo tempo, a redução da fronteira agrícola, ao lado da pequena taxa de empregos urbanos oferecidos pelas cidades, indicaria o longo caminho até

a proletarização e consolidação das propriedades por parte dos minifundiários mais pobres.

O caso mexicano é tratado a partir dos contornos políticos que a questão agrária assume naquele país desde meados do século passado, passando pela Revolução de 1910 e a Reforma Agrária de 1930. Semelhante ao caso brasileiro, a penetração do capital no campo mexicano tem sido mediatizada em boa parte do Estado, neste caso através de ações dirigidas ao controle da organização camponesa, como no caso dos "ejidos", ou da atuação direta através de empresas agroindustriais. Pela coincidência com a situação nordestina, valeria destacar a conclusão que aponta os "ejidatarios" das zonas irrigadas como dependentes do capital financeiro e de assistência técnica continuamente para empregar mão-de-obra, principalmente de caráter sazonal; "estruturalmente, sua posição (dos "ejidatarios") não é muito diferente daquela assumida pelos proletários, já que nenhum dos dois possui os meios de produção, nem toma as decisões associadas com a administração da propriedade".

Em conclusão, o estudo propõe uma visão das várias trajetórias de transição agrária "em termos de reestruturação dos processos de trabalho na agricultura por diferentes formas de capital". E acrescenta: "Por trás de boa parte da retórica da política agrícola atual, no sentido de estender seus programas aos pequenos produtores, coloca-se uma contradição ainda por ser resolvida. Tais produtores estão participando, ainda que desigualmente, da capitalização da produção agrícola; esse processo intensificou a produção de 'commodities' e a especialização, ampliando dessa forma a vulnerabilidade dos produtores aos movimentos do capital, não só através da dominação do capital agroindustrial, mas também do aumento de sua exposição às forças de mercado. Os resultados concretos desse processo estão sendo observados em muitos países capitalistas periféricos. No lugar de uma transição agrária, com um resultado claramente distinguível, estamos diante de várias". (p. 217).

Henrique O. Monteiro de Barros
Pesquisador do Departamento de Economia
da Fundação Joaquim Nabuco

CASTORDIADIS, Cornelius. *A experiência do Movimento Operário.* São Paulo, Brasiliense, 1985. 260 p.

Não existe apenas um marxismo, e sim vários marxismos. Para muitos esta observação pode parecer óbvia, mas quando lembramos daqueles que querem fazer-nos crer que o marxismo é monolítico, ela se faz necessária.

As ciências sociais são ciências diferentes das ciências naturais e trazem em seu bojo várias correntes explicativas do fenômeno social. O marxismo, que está circunscrito ao campo das ciências sociais, traz também dentro de si várias correntes. A Revolução Russa significou e hegemonia de uma dessas correntes: aquela dada a ensinar autoritariamente o que os operários e camponeses deveriam fazer ou, às vezes, fazendo por eles.